

CORREIO
GRANDE CAMPINAS

DIVULGAÇÃO APOGLBT VINHEDO



DIVULGAÇÃO

Requerimento foi aprovado por 11 a 1 e será encaminhado ao Executivo

Contrato de R\$ 2,5 milhões vira alvo de fiscalização em Monte Mor

A Câmara de Monte Mor aprovou um requerimento do vereador Bruno Leite (União) que solicita informações sobre um contrato de R\$ 2,5 milhões firmado pela Prefeitura com uma empresa de publicidade e propaganda. O documento questiona quais secretarias utilizam o serviço, como ocorre a prestação dos trabalhos, os critérios adotados para avaliar os resultados das campanhas e solicita documentos como o Estudo Técnico Preliminar e o parecer jurídico. Bruno afirmou que o valor do contrato é elevado diante das demandas do município, citando áreas como infraestrutura e saúde. O requerimento foi aprovado por 11 votos a 1. O líder do governo, Professor Adriel (PDT), votou contra e negou falta de medicamentos na rede básica de saúde, afirmando que o abastecimento está regular há cerca de um ano.

Vereador propõe nova ligação viária em Vinhedo

O vereador Paulinho Palmeira (PSD) apresentou uma moção solicitando que a Prefeitura de Vinhedo realize estudos para criar uma ligação entre a Rua João José Rosalem e a Avenida Independência. A proposta prevê a avaliação de alternativas, como uma alça de acesso ou ponte, para facilitar o deslocamento de motoristas e reduzir congestionamentos. O pedido inclui análises de viabilidade técnica, ambiental, orçamentária e de impacto no trânsito antes de uma eventual execução da obra.

DIVULGAÇÃO



Segundo Paulinho, nova ligação pode desafogar o trânsito

DER reforça sinalização na SP-304 após pedidos

O Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) informou ao vereador Lucas Leoncine (PSD) que reforçou a sinalização na Rodovia Luiz de Queiroz (SP-304), na altura do Aeroporto Municipal de Americana, após solicitação feita pelo parlamentar. O órgão também analisou a instalação de uma passarela para pedestres, mas concluiu que a obra é inviável no momento por não atender aos critérios técnicos de fluxo. Segundo o DER, o trecho seguirá sendo monitorado para futuras reavaliações.

Prefeito de Santa Barbara envia projetos à Casa

O prefeito Rafael Piovezan encaminhou à Câmara de Santa Bárbara d'Oeste dois projetos de lei. Um deles altera o convênio com a APAE, prevendo repasse mensal de até R\$ 426,2 mil conforme metas do Plano Operativo Anual. O outro muda a forma de remuneração dos membros da JARI, substituindo o percentual vinculado ao salário mínimo por ajuda de custo fixa de R\$ 405 por sessão.

Fornecimento do PPP

O vereador Paulo Monaro protocolou requerimento pedindo informações à Prefeitura de Santa Bárbara d'Oeste e ao DAE sobre o fornecimento do Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP) e de laudos de insalubridade e periculosidade. O documento questiona se os servidores recebem os documentos regularmente e se os laudos técnicos estão atualizados.

Fundo dos animais

A vereadora Roberta Lima (PRD) sugeriu à Prefeitura de Americana a criação do Fundo Municipal de Proteção e Bem-Estar Animal. A proposta prevê que recursos de multas por maus-tratos, doações e convênios sejam destinados exclusivamente a ações como castração, atendimento veterinário, resgate de animais e campanhas de conscientização.

Canil e gatil públicos

O vereador Tiago de Paula apresentou moção solicitando que Vinhedo realize estudos para implantar estrutura pública de acolhimento para cães e gatos em situação de vulnerabilidade. A proposta prevê a análise de alternativas como canil e gatil municipais ou parcerias com outras instituições, para acolhimento, atendimento, castração e adoção.

Julho Amarelo

A Câmara de Paulínia aprovou projeto do vereador Fábio da Van (PRTB) que institui a campanha Julho Amarelo, voltada à conscientização, prevenção e diagnóstico das hepatites virais. A proposta prevê ações educativas, incentivo à vacinação e realização de testes rápidos em unidades de saúde, escolas e espaços públicos.

QR Code da Cidadania

A Câmara de Indaiatuba aprovou projeto que cria o programa QR Code da Cidadania, permitindo acesso rápido a serviços de emergência e assistência social. Instalados em locais públicos, os códigos direcionarão usuários para contatos da Guarda Civil, SAMU, Bombeiros, Conselho Tutelar, CRAS, CREAS e unidades de saúde.

Saldo de empregos

Hortolândia registrou 3.081 admissões em junho, segundo dados do Caged, alcançando o segundo melhor resultado do ano em contratações. O saldo foi de 528 novas vagas de emprego, sendo 372 ocupadas por mulheres. A Prefeitura atribui o desempenho às ações de incentivo ao mercado de trabalho, como o Feirão de Empregos realizado em maio.



Liminar da Justiça prevê multa de R\$ 20 mil em caso de descumprimento

Justiça suspende veto de Vinhedo e libera Parada LGBTQIA+

Prefeitura terá de definir a logística para o evento de 16 de agosto

Da Redação

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) concedeu liminar suspendendo o veto da Prefeitura de Vinhedo à realização da 9ª Parada do Orgulho LGBTQIA+, prevista para o dia 16 de agosto, no Centro de Convivência da cidade. A decisão também determina que o município se reúna com os organizadores para definir a logística do evento no prazo de cinco dias após a intimação, sob pena de multa diária de R\$ 20 mil, limitada a R\$ 200 mil.

A ação foi proposta pela Associação da Parada do Orgulho LGBT de Vinhedo – Bianca Niero, após a administração municipal negar autorização para o uso do espaço público. O pedido havia sido protocolado em janeiro deste ano, mas foi rejeitado com base em pareceres de diferentes setores da Prefeitura.

Entre as justificativas apresentadas pelo Executivo estão supostos danos causados ao Centro de Convivência em edições anteriores, como furos no piso emborrachado, marcas de arraste de grades, circulação de veículos pesados em áreas esportivas e acúmulo de resíduos. A Guarda Civil Municipal também se manifestou contrária à reali-

zação do evento no local, alegando questões relacionadas à segurança pública, mobilidade urbana e ordem pública, sugerindo a transferência para outro espaço.

No processo, a associação sustentou que os procedimentos administrativos utilizados para fundamentar o veto já haviam sido anulados pela Justiça por falta de provas capazes de atribuir os supostos prejuízos ao evento. A entidade também argumentou que a negativa impedia a realização da manifestação nos moldes tradicionalmente organizados.

Ao analisar o pedido, o desembargador Carlos Von Adamek entendeu que não há comprovação técnica suficiente para justificar a proibição. Segundo o magistrado, os elementos apresentados pela Prefeitura não demonstram, de forma inequívoca, que os danos alegados decorreram da realização da parada, o que torna desproporcional impedir o evento antes de uma análise definitiva do mérito.

Agora, a Prefeitura deverá dialogar com os organizadores para definir as condições de realização do evento em 16 de agosto. A decisão ainda pode ser contestada pela administração municipal.